



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

THIAGO ARAÚJO GOMES ANDRADE

**TRABALHO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: PANDEMIA DA COVID-19 E OS
IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

THIAGO ARAÚJO GOMES ANDRADE

**TRABALHO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: PANDEMIA DA COVID-19 E OS
IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Linha de pesquisa: Ensino de História

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão Araújo

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633t Gomes, Thiago Araujo.
Trabalho docente e ensino de história [manuscrito] :
Pandemia da COVID-19 e os impactos na formação do
professor / Thiago Araujo Gomes. - 2022.
31 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Ensino de História. 2. Pandemia. 3. Docência. 4. Escola.
I. Título

21. ed. CDD 372.89

THIAGO ARAÚJO GOMES ANDRADE

**TRABALHO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: PANDEMIA DA COVID-19
E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual Da Paraíba como requisito parcial à obtenção a obtenção do título de licenciado em História.

Área de concentração: Ensino de História

Aprovada em: **05/04/2022.**

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão
(Orientadora)



Prof. Dr. Matusalém Alves de Oliveira
(Examinador)



Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos
(Examinador)

*A minha família e a todos(as) os(as) professores(as)
que passaram por minha vida!
Dedico.*

SUMÁRIO

	RESUMO.....	05
1	INTRODUÇÃO.....	06
2	A PANDEMIA DA COVID-19 E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E NO TRABALHO DOCENTE.....	07
3	O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA DIANTE DO CONTEXTO PANDÊMICO.....	15
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	REFERÊNCIAS.....	21

TRABALHO DOCENTE E ENSINO DE HISTÓRIA: PANDEMIA DA COVID-19 E OS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Thiago Araújo Gomes Andrade¹

RESUMO

O presente artigo problematiza o trabalho docente no ensino de História diante do contexto pandêmico da COVID-19, promovendo a reflexão acerca dos impactos das mudanças abruptas decorrentes da pandemia dessa doença também no contexto educacional e de formação de professores. Assim, esse estudo tem por objetivo analisar a formação e o trabalho do docente de História a partir dos impactos e implicações que a pandemia da COVID-19 ensejou no período compreendido do final de 2019 a 2020. A pesquisa se situa no campo do ensino de História, com as reflexões sobre o trabalho do(a) professor(a) e, teoricamente, está respaldada em Renilson Rosa Ribeiro (2003), Luiz Cerri (2009), António Nóvoa (2021), Boaventura Santos (2020), Maurice Tardif (2009) e Selva Fonseca (2006). Na abordagem metodológica, enquadra-se no rol das pesquisas bibliográficas e documentais. As fontes utilizadas foram artigos, decretos e periódicos no intuito de contribuir com o diálogo entre ensino de História e a atuação dos docentes. Nessa perspectiva, compreendemos que, frente suas inúmeras demandas, esses profissionais, no contexto da pandemia, tiveram que criar novos modos de educar e formar, utilizando práticas educativas que pudessem incluir os alunos no processo de ensino e aprendizagem de História.

Palavras-Chave: Ensino de História. Pandemia. Docência. Escola.

TEACHING WORK AND HISTORY TEACHING: COVID-19 PANDEMIC AND THE IMPACTS ON TEACHER TRAINING

ABSTRACT

This article discusses the teaching work in the teaching of history in light of the COVID-19 pandemic, promoting reflection on the impacts of abrupt changes resulting from the pandemic of this disease also in the educational and teacher training context. Therefore, this study aims to analyze the formation and work of the History teachers from the impacts and implication that the COVID-19 pandemic caused in the period from the end of 2019 to 2020. The research is located in the field of history teaching, with reflections on the teacher's work and, theoretically, is supported by Renilson Rosa Ribeiro (2003), Luiz Cerri (2009), António Nóvoa (2021), Boaventura Santos (2020), Maurice Tardif (2009) e Selva Fonseca (2006). In the methodological approach, it fits into the role of bibliographic and documentary research. The sources used were articles, decrees and periodicals in order to contribute to the dialogue between the teaching of History and the performance of teachers. From this perspective, we understand that, in the face of their numerous demands, these professionals, in the context of the pandemic, had to create new ways of educating and training, using educational practices that could include students in the teaching and learning process of History.

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. E-mail: t.araujo.gomes13@gmail.com.

Keywords: History teaching. Pandemic. Teaching. School.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho do docente de História vem sendo objeto de pesquisas nas últimas décadas, ganhando mais espaço no campo das pesquisas historiográficas. Assim, o estudo do ensino de História aproxima o graduando da realidade que o espera, diante das inúmeras dificuldades que a educação brasileira atravessa e cria perspectivas de mudanças, com resultados positivos no horizonte próximo. Colaborar o pensar e contribuir com o saber que já existe dentro dos ambientes escolares é um dos caminhos viáveis a essas discussões, sempre partindo do diálogo para o objetivo em comum que é o aprendizado.

Diante do estado de urgência e calamidade que se instaurou no nosso Brasil e no mundo, decorrente do vírus da pandemia da COVID-19 no final de 2019 e durante os anos de 2020, 2021 e estendendo-se até os dias de hoje, torna-se ainda mais urgente esse tipo de estudo voltado ao ensino, uma vez que as escolas foram diretamente afetadas pelas consequências da pandemia.

Nesse cenário, este estudo tem por objetivo analisar a formação e o trabalho do docente de História a partir dos impactos e implicações da pandemia da COVID-19 no período compreendido do final de 2019 a 2020. Como objetivos específicos intencionamos: mostrar os impactos da pandemia da COVID-19 na educação, especialmente, no trabalho docente; enfatizar como no ensino de História e no trabalho do docente desta disciplina a pandemia da COVID-19 provocou mudanças, afetando as práticas pedagógicas e a abordagem metodológica.

A questão problema que norteou a pesquisa foi: de que modo a pandemia da COVID-19 trouxe impactos para o trabalho docente no campo do ensino de História? A escolha por esta temática se deve ao fato de pretendermos entender como o trabalho do docente em História foi afetado pelos problemas oriundos da pandemia.

Para percebermos nas entrelinhas o que possa ser a pandemia da COVID-19 e suas consequências sobre as camadas da sociedade é necessário ressaltar que vivemos inúmeras pandemias que são silenciadas.

Acerca dessa questão, Santos (2020) é uma leitura primordial para entendermos sobre o vírus da pandemia, pois, dentre outras reflexões, afirma que

É verdade que eles vão se alterando paulatinamente, mas as mudanças passam quase despercebidas. A irrupção de uma pandemia não se compagina com esta morosidade. Exige mudanças drásticas. E, de repente, elas tornam-se possíveis como se sempre o tivessem sido. (SANTOS, 2020, p. 5).

Desse modo, o contexto da pandemia nos impele a adentrar e aprofundar a reflexão sobre o ensino de História e o trabalho docente. Para tanto, realizamos um recorte sobre o período pandêmico (final de 2019 e início de 2020) e seus impactos, mudanças e permanências na formação dos docentes de História. Pesquisando sobre como o período pandêmico afetou as instituições escolares, uma vez que suas rotinas foram alteradas de forma abrupta. Em sequência, resolvemos analisar as propostas políticas educacionais que foram implantadas no período pandêmico e seus impactos na educação. Assim, este estudo se centra no campo do ensino de História, realizando

uma proposta de reflexão sobre o docente desse componente curricular no período da pandemia.

Nóvoa e Alvim (2021) refletem sobre as mudanças e permanências em relação ao ensino, com foco no professor e na instituição escolar, mostrando que mudanças profundas, que levariam décadas para ser inseridas na educação, foram modificadas em meses em decorrência da pandemia.

Mostrando os caminhos de se trabalhar o ensino de História, Fonseca (2006) nos permite entender que essas mudanças estão associadas com as relações sociais, culturais e institucionais, onde os saberes são criados. Nesse contexto, o papel do(a) professor(a) de História é essencial para refletir sobre essas mudanças culturais e sociais dentro das escolas e além de seus muros.

Essa característica peculiar ao campo da História, que é o dinamismo, o movimento, o significado no contexto, reforça a necessidade de reestruturação de um ensino e uma formação que desmonte projetos de dominação constituídos ao longo da história da disciplina. (FONSECA, 2006, p. 63).

Utilizando de pesquisas bibliográficas como caminho para entender o contexto em que o ensino de História está inserido, antes e durante a pandemia, refletimos aqui sobre quais as contribuições e suporte foi dado ao docente diante do turbilhão de mudanças que foi atingido com início da pandemia. Assim, nosso respaldo foi mediado pelas leituras de livros, artigos, periódicos eletrônicos como fonte para analisar e aprofundar as reflexões no campo do ensino de História.

Ainda utilizando de pesquisas documentais como fontes para a escrita do artigo, percebemos as funções e objetivos propostos por diversos documentos, a exemplo dos decretos dos governos federais e estaduais criados durante a pandemia. Realizando uma leitura acurada, o nosso objetivo era perceber os impactos causados à educação e que vinham refletidos nessa legislação emergencial.

Nesse sentido, no primeiro tópico deste artigo, é analisado em qual contexto a pandemia da COVID- 9 encontrou a educação do nosso país e do estado da Paraíba e os demais setores da sociedade, percebendo, nos detalhes, quais foram as medidas e consequências tomadas por nossos governadores durante pandemia. O impacto da transição das aulas presenciais para a remota. No próximo tópico, adentro no Ensino de História e no docente de História, analisando as mudanças e impactos ocasionado pela pandemia da COVID-19 no lugar de ser do professor diante das aulas remotas e seus “encantos”.

2 A PANDEMIA DA COVID- 19 E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: IMPLICAÇÕES E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E NO TRABALHO DOCENTE

Não diferente de outros países, o Brasil também sofreu o impacto da pandemia da COVID-19. Todos os setores da sociedade foram impactados com as mudanças imposta pelo vírus invisível, que expôs as dificuldades já enraizadas no nosso país. Nesse contexto, refletimos aqui como a pandemia da COVID-19 alterou a educação brasileira e ressignificou o trabalho dos(as) professores(as).

A educação brasileira e mundial foi impactada entre final de 2019 e início de 2020 pelo surgimento do vírus COVID-19 e por medidas tomadas para se combater suas consequências. Perspectivas e desafios foram colocados /impostos diante da pandemia a serem trabalhados e discutidos, a fim de amenizar os impactos em uma sociedade vulnerável socialmente e economicamente.

A crise sanitária decorrente da COVID-19, no Brasil e no mundo, no período de 2020 a 2021, atingiu de forma direta bilhões de pessoas, expondo-as a dificuldades já existentes e criando novos protocolos de enfrentamento à crise decorrente da COVID-19. Nesse aspecto, soluções e perspectivas foram lançadas por órgãos federais através do Ministério da Saúde, como também Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, havendo divergências e conflitos de interesses, expondo ainda mais as desigualdades sociais. O Conselho Nacional de Ensino (CNE) emitiu diretrizes direcionando ao ensino remoto. Entretanto, cada Estado e Município se adequou à sua realidade e às suas dificuldades.

Fazendo uma interface entre a realidade nacional e a realidade local, observou-se que, logo após o impacto da pandemia no Estado da Paraíba, em 13 de março de 2020, o governador do estado emitiu o Decreto Nº 40.122, declarando estado de emergência decorrente da disseminação global do Coronavírus (COVID-19). Os crescentes números de casos nos Estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte, como também no Brasil, foi necessário declarar situação de estado de emergência por 90 dias. A partir dessa situação de calamidade mundial, e em face do contágio, passou-se a orientar o trabalho em *home office* para setores não essenciais, onde enquadra-se a educação, não apenas no Estado da Paraíba, mais no Brasil e no mundo. Segundo o que regia o documento,

Declara situação de Emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de Interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia de infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde. (PARAÍBA, 2020).

Diante do contexto pandêmico, e com o aumento de casos da COVID-19 em março de 2020, no Brasil e no mundo, o governo do Estado lançou outro decreto de Nº 40.128, de 17 de março de 2020, desta feita, propondo seguir os protocolos de distanciamento como uma das principais recomendações para diminuir a crescente de casos da doença que se proliferava. O decreto estabeleceu no seu artigo 2:

Art. 2º Fica determinado recesso escolar em toda rede pública estadual de ensino no período de 19/03/2020 até 18/04/2020. Parágrafo único. A determinação prevista no caput também se aplica às redes de ensino municipais e às escolas e instituições de ensino privadas localizadas no Estado da Paraíba. (PARAÍBA, 2020).

Diante do cenário que se apresentava no Brasil, em decorrência do contágio pelo coronavírus, o Ministério da Educação, em 17 de março de 2020, emitiu a portaria de Nº 343, dispondo as aulas presenciais por aulas com meios digitais enquanto durasse a pandemia da COVID-19. As universidades e escolas tiveram que substituir suas aulas presenciais por aulas remotas que utilizassem meios de tecnologias de informação e comunicação.

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. (BRASIL, 2020).

A suspensão das aulas presenciais foi motivada como uma solução para evitar a disseminação do vírus COVID-19, não apenas no Brasil, mas no mundo, recomendada como necessária, e que, portanto, deveria ser praticada através das aulas remotas. Entretanto, o sistema educacional brasileiro não estava preparado para essa forma de ensino, mas teve que se adequar a uma realidade nacional e mundial no sistema educacional.

Entretanto, cumpre ressaltar que a tecnologia sendo usada a favor da educação, não foi algo criado devido ao contexto pandêmico. Já se utilizavam dos meios na área da educação, a exemplo de reuniões, conferências, entre outros. Volto a ressaltar ambientes em que existem estruturas para desenvolver a educação remota, através dos meios tecnológicos, como é o caso dos núcleos de cursos de educação a Distância (EaD).

De toda forma, é fato que a educação teve que se reinventar diante das dificuldades, já bastante conhecidas. Falta de formação para os professores diante da conjuntura pandêmica, estruturas das escolas não compatíveis para o desenvolvimento do ensino remoto, contexto social adverso em que os alunos estão inseridos, lidando com a dificuldade de não ter meios suficientes para assistir as aulas remotas.

Diante do quadro apresentado, as escolas deveriam seguir as recomendações e orientações propostas pelo Ministério da Educação, mas surgia um outro problema que nos conduz à seguinte indagação: como as escolas poderiam se organizar pedagogicamente se muitas delas não tinham internet de qualidade e acessível?

Outra realidade diferenciada era a dos alunos sem ter o mínimo de estrutura e equipamentos para assistir aulas, ou mesmo locais onde não tem sinal de internet. A solução para esses desafios foi disponibilizar atividades impressas a serem retiradas nas escolas, para alunos, que já estavam sem aulas, não ficarem sem nenhuma orientação de estudos e não terem uma perda de aprendizagem ainda maior.

As consequências dessa situação são incalculáveis entre alunos e professores. O déficit no aprendizado de alunos que não possuíam o mínimo para assistir aulas só aumentou. Professores com aumento de carga de trabalho, têm dificuldades de lidar com essa nova realidade e todas as suas demandas. O quadro era de uma educação já bastante deficitária e desafiadora diante de uma realidade onde professores e alunos se encontram em situações de vulnerabilidade.

Uma das recomendações adotadas em diversos países foi o distanciamento social, com o objetivo de diminuir o contágio e disseminação do vírus. Consequentemente, a partir de então, as escolas foram fechadas, seguindo recomendações de distanciamento, alunos e trabalhadores da educação (professores/as e demais funcionários das escolas) passaram a desempenhar suas atividades a partir de casa.

Costin *et al.* (2020, p. 09) enfatizam sobre a educação brasileira e seus desafios diante do COVID-19, mostrando que

A maior parte das redes públicas usou alguma combinação de mídias para tentar assegurar que a aprendizagem chegasse a todos. Assim, foram utilizados aqui, como em boa parte dos outros países, plataformas digitais, televisão, rádio e roteiros de estudo em papel. Por meio de uma logística complexa, que envolveu inclusive o envio de cestas de víveres, para que a falta de merenda não resultasse em insegurança alimentar para parte das crianças e adolescentes, foram entregues materiais didáticos nas escolas ou nas residências,

adquiridos pacotes de dados para celulares e construídas parcerias com canais de TV ou rádio. (COSTIN *et al.*, 2020, p. 09)

A crise sanitária decorrente da COVID-19 veio expor o fosso em relação à educação e seus acessos. Diante das mortes de familiares, do desemprego, da falta de alimentos, problemas gerados a partir dos impactos da pandemia, nos deparamos com o despreparo de todo o sistema de ensino para uma educação remota emergencial, agravada pela pandemia, mais já deficitária mesmo antes dela acontecer.

Os desafios, transformações e adaptações foram expostos na educação mediada pelas tecnologias, em que foram solicitadas respostas num espaço curto de tempo, onde se propôs o ensino *on-line*. O que se pode perceber a partir desta situação, com o fechamento das escolas, foi a movimentação de professores e alunos procurando meios de manter as aulas através da tecnologia. O uso dos meios tecnológicos para viabilizar o desenvolvimento do calendário escolar e do acesso à educação requisitou a interação e participação da família, professores e alunos. Essa nova realidade implicou os familiares a participar mais ativamente da educação de seus filhos, como também a valorizar os professores, que, por sua vez, tiveram que se reinventar para preparar suas aulas nesse novo modelo. Os paradigmas foram desconstruídos, os próprios professores diminuíram as distâncias entre seus pares, havendo um diálogo maior entre professores e alunos. Os diálogos entre professores de diferentes conhecimentos foram reaproximados, criando aulas com conteúdos interdisciplinares.

O olhar se voltou para a realidade em que a educação passou a ser inserida. A relação professor e aluno foi reconstruída, mesmo que de forma tardia, e mesmo que não fosse em sua totalidade. Isso confirma a ideia de que o conhecimento deve sempre estar voltado para o contexto social em que aluno e escola estejam inseridos, trazendo a realidade dos alunos para dentro das salas de aulas, sendo o elemento para compreensão e preparação das aulas a serem ministradas.

No cenário da educação, a pandemia da COVID-19 nos mostrou as fissuras já expostas há tempos, mas também mostrou novos horizontes e desafios a serem percorridos para desenvolvimento de uma educação inclusiva. A educação atravessou os muros das escolas e chegou a novos ambientes antes não alcançados, chegou a familiares que não participavam de forma ativa da educação de seus filhos. Gestores que tiveram de se atentar para a realidade em que a educação, de sua responsabilidade, estava inserida. A criação de estruturas adequadas ao ensino a distância teve que ser repensada e planejada mesmo que de forma rápida.

Entretanto, apesar de todas as medidas e esforços para a adequação, a pandemia ampliou as desigualdades entre alunos, professores e o sistema escolar: alunos com acesso limitado, sem ter o mínimo de condições de iniciar suas aulas remotas era uma realidade; outros com condições melhores, minimizaram as perdas das aulas presenciais por remotas, evidenciando as desigualdades sociais, mostrando-nos o quanto temos a melhorar.

A pandemia da COVID-19 fez emergir ainda as problemáticas existentes em diferentes camadas da sociedade. O desemprego, a crescente demanda ao sistema de saúde nos mostrou como temos a melhorar e caminhar para diminuir essas diferenças sociais. Muitas famílias se depararam com o ficar em casa, após decretos. As pessoas responsáveis de manter o sustento de casa, perderam seus empregos e se viram com os filhos em casa, sendo que muitos se alimentavam em suas escolas, quando do ensino presencial.

O fosso no sistema educacional brasileiro expôs as dificuldades encontradas por professores, alunos e gestores. As escolas particulares também sentiram o impacto das aulas a distância, não como as escolas públicas, mas precisaram se adaptar para não perder renda, ou seja, mensalidades. Muitas chegaram a fechar, pois não tinham mais suporte suficiente para manter suas receitas mensais.

As escolas públicas já bastante deficitárias, com estruturas sucateadas, principalmente aquelas distantes das grandes cidades, muitas vezes esquecidas por seus gestores, sofreram os maiores impactos da suspensão das aulas presenciais. Os decretos foram emitidos, entretanto, as escolas não possuíam computadores, internet de qualidade e mesmo orientações de como manusear plataformas digitais nunca antes usadas. Professores se deparam diante desse novo contexto: para organizar suas atividades pedagógicas pelos meios digitais tiveram que se reinventar para dar aulas e manter os alunos interessados a estarem focados em uma tela.

Apesar de a pandemia da COVID-19 requerer o ensino através da tecnologia, que não era algo necessariamente “novo”, no Brasil, os Estados e os Municípios não estavam preparados para esse “novo normal”.

Deu-se início, então, ao desenvolvimento e ampliação do ensino remoto, um ensino através das telas de *smartphones* e de computadores, forma de ensino não exclusiva da pandemia, mas que, após medidas de isolamento e fechamento das escolas e universidades, tornou-se o principal recurso metodológico ao ensino. Era necessário ter direcionamentos, metodologias sobre como desenvolver o ensino remoto, precisava-se de formação contínua e específica para os educadores de como lecionar através dessas aulas remotas.

Esse modo de educar no período pandêmico foi avançando etapas de desenvolvimento e aprimoramentos dos(as) professores (as) num contexto já bastante deficitário, principalmente nos anos iniciais, do ensino público (municipal e estadual), tão carente de atenção dos gestores públicos, que não direcionam recursos suficientes.

A falta de formação continuada, a estrutura física das escolas, recursos públicos mal distribuídos, são desafios que nos fizeram perceber, com a pandemia, como as fissuras estão enraizadas na educação brasileira. Ainda mais no Brasil, um país com grande extensão territorial, com uma distribuição de recursos desiguais, sem mencionar o poder público, na gestão desses recursos. Costin *et al.* (2020, p. 09) nos acrescenta os desafios dos educadores e gestores em frente à pandemia e o caminho a ser percorrido:

Mas, mesmo com o fechamento de escolas, os avanços da educação em direção ao digital acabaram lentamente se construindo, pegando inicialmente os educadores de surpresa, já que não havia nem conectividade de qualidade para todos, nem cursos que os preparassem adequadamente para o uso educacional de ferramentas online. Com o tempo, ocorreu um processo de aprender fazendo, e mesmo na dor, desenvolvendo nos mestres algumas competências para um ensino que demanda não só conhecimentos sobre computadores e aplicativos, como trabalho colaborativo entre pares (COSTIN *et al.*, 2020, p. 09)

Ressaltamos que, no que se refere à educação brasileira, as dificuldades e diferenças já existiam, o que veio a ser exposto em relação à educação básica até a superior foi a falta de apoio, preparo e suporte aos professores.

A pandemia da COVID-19 estava disseminada e de acordo com autoridades sanitárias o distanciamento e isolamento foi a forma recomendada para diminuição da transmissão. Os protocolos, decretos, medidas de higienização que foram elaborados, com o objetivo de diminuir os contágios do COVID-19 desestabilizou todos os setores da sociedade. Na área da educação, professores se depararam com desafios impostos por tecnologias que já existiam, entretanto não muito familiar e pouca usada em suas práticas escolares.

Para que houvesse a viabilidade das aulas remotas, necessitava-se do básico. Alunos(as) de um computador básico e uma internet. E os professores uma internet que não seja limitada, e um computador que lhe permita criar e planejar suas aulas com qualidade. Nesse sentido, o que presenciamos durante a pandemia foram alunos(as) e professores(as) utilizando de celulares para assistir/lecionar aulas. Aparelhos com recursos limitados, com a opção apenas de assistir e os professores de transmitir, sem a possibilidade de editar, criar e planejar aulas.

A resolução emitida pelo Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno (CNE/CP) Nº 2, de 10 de dezembro de 2020, nos mostra em seu artigo a baixo.

Art. 29. Cabe às secretarias de educação e gestores de instituições escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, oferecer programas visando à formação da equipe escolar na administração logística da instituição, à formação de professores alfabetizadores e de professores para as atividades não presenciais, e ao uso de métodos inovadores e tecnologias de apoio aos docentes. (BRASIL, 2020).

O período pandêmico, fez alterar a dinâmica no setor da educação e nos profissionais envolvidos. Escolas foram fechadas e orientadas a oferecer aulas remotas, para que alunos (as) não ficassem sem aulas. Professores(as), na maioria das vezes visto pelos governantes como meros(as) coadjuvantes, números que não são prioridade perante a sociedade, diante da pandemia, tornaram-se peças fundamentais para essa educação não parar.

Alunos que entraram, ou iniciaram seus estudos na pandemia, se depararam com aulas remotas, onde o contato com os professores foi através de uma tela de algum aparelho digital, o que ocasionou consequências duras de ser revertidas. Alunos que abandonaram suas aulas e se isolaram em seus quartos, utilizando-se de ferramentas de pesquisas em seus *smartphones* para tirar as suas dúvidas.

Em tempo em que o professor deixou de ser referência, perdendo espaço e valores para os aplicativos que atendem a comandos de clicks, o contato físico foi substituído por grupos de *WhatsApp*, *Google Meet*, *Google Sala de Aula*, os quais tiveram a sua importância, principalmente auxiliando no período pandêmico. Entretanto, esses aplicativos sem orientação adequada e limites de uso, ressalte-se, podem ser prejudiciais ao ensino.

Esses aplicativos apresentaram grande importância também para a comunicação entre escolas e alunos, e famílias que foram convidadas a compartilhar com seus(suas) filhos(as) suas aulas e participar de forma ativa no processo de aprendizagem (até mesmo aprender com seus(suas) filhos(as) sobre tecnologias com as quais não tinham afinidades).

Entretanto, a sala de aula física, o contato real com os professores, a sociabilização entre alunos e a comunidade escolar é essencial. Ainda mais para uma sociedade que se encontra em situação de vulnerabilidade. A escola é primordial para

esses(as) alunos(as), como o apoio, não apenas pedagógico, mas como orientação social para a convivência.

Não se pode perder o(a) professor(a) como referência na educação, diante das promessas das grandes empresas do setor das tecnologias da educação, que propõem soluções prontas para a educação, aproveitando-se do contexto da pandemia.

O conhecimento e as formas de ensinar estão em constante mudança, e não seria diferente com a introdução de novas tecnologias, entretanto, Tardif (2009) reforça que o diálogo e os questionamentos são essenciais:

A introdução de novas tecnologias da comunicação na escola (Internet, multimídias, computadores, etc.) vai, em geral, no mesmo sentido: o ensino se assemelha a um processo de “tratamento da informação” e se aplicam a ele modelos de racionalização tirados diretamente do trabalho tecnológico, sem se dar ao trabalho de questionar sua validade e sobretudo de avaliar seu impacto sobre os conhecimentos escolares, o ensino e a aprendizagem dos alunos. (TARDIF, 2009, p. 25)

A entrada de meios tecnológicos na educação, durante a pandemia ficou mais intensa devido a suspensões das aulas presenciais. Mas precisamos ficar atentos(as) às ofertas de substituição de aulas presenciais por aulas remotas. Até que ponto podemos afirmar que aulas remotas atingem os preceitos pedagógicos do ensino presencial? O professor está realizando suas aulas através de uma plataforma, indicada pela sua instituição e os alunos, apenas conectados realmente estão inseridos num processo de aprendizagem?

Sobre essas questões, Tardif (2009) nos convida a refletir quando afirma que,

Atualmente, alguns *experts* já predizem uma catástrofe se os poderes públicos não se apressarem em pressionar os professores para que embarquem na virada tecnológica e ensinem através da Internet. É por causa de milhões de dólares que os responsáveis políticos e das indústrias privadas da comunicação adentram agora por esse caminho, como se o ato de ensinar tivesse constantemente necessidade de um suplemento tecnológico, para adequar-se aos fantasmas de uma sociedade que não reconhece mais seu próprio poder senão através dos artefatos tecnológicos que engendra. (TARDIF, 2009, p. 37)

Nesse sentido, um *smartphone* ou computador lhe possibilita estar conectado nas aulas, mas também, escutando uma música, um bate papo, jogos entre outros. Essas é uma das qualidades que hoje a tecnologia nos oferece. Entretanto, precisamos ter um olhar mais crítico em relação à educação através desses aparatos tecnológicos, que foram de grande importância com o início da pandemia em março de 2020, mas sobre os quais precisamos delimitar e ampliar o olhar em relação ao ensino, e não aceitar de forma impositiva as soluções em curto prazo.

A forma de conduzir e transmitir conhecimento durante a pandemia da COVID-19 desenvolveu-se, mesmo que pulando etapas de planejamento, e foi realizada por profissionais que, mesmo sem o devido apoio e estrutura, tiveram resultados exemplares. Mesmo que essa forma de ensino remota já estivesse no horizonte da educação, a pandemia veio mostrar que é um caminho para o qual não há retorno.

Nesse contexto, o(a) professor(a), além da demanda pedagógica, na qual foi necessário tempo para planejar e preparar aulas remotas, teve que aprender a manusear os aparatos tecnológicos para “transmitir” suas aulas. Muitos encontraram apoio em seus pares, que já possuíam contato com alguns meios tecnológicos e, assim, desenvolveram formas de suprir os impactos ocasionada pela pandemia da COVID-19.

Sobre o ensino de História em si, é fato que existe uma imagem já construída dos professores de História, onde há os que reproduzem fatos da história através do livro didático, no qual os assuntos já estão postos e preparados para ser reproduzido.

Ribeiro (2003) nos passa a dimensão do que venha a ser o perfil desses professores:

Na compreensão de um número significativo de pessoas, ensinar História parece ser algo muito simples de se fazer. Poucos conseguem perceber, todavia, as diversas questões teóricas, metodológicas e ideológicas presentes a cada passo da aula de História. Às vezes, nem mesmo os professores de História, “habituaados” a repetir o mesmo assunto em diferentes turmas, consegue refletir que o caminho discursivo que segue é somente um dentre muitas alternativas possíveis de serem trilhadas. (RIBEIRO, p. 65, 2003).

No interior dessa reflexão, precisa-se ainda estar atento ao fato de que apenas distribuir meios tecnológicos entre as escolas não pode ser uma atitude vista como solução imediata para dar respostas ao período pandêmico por governantes, seja no ensino de História ou de qualquer outro componente curricular. Entender que esses meios necessitam de uma interação, inclusive com o ensino remoto, é, por exemplo, indagar se as famílias estão preparadas para incluir em suas casas as aulas remotas, se as famílias têm o hábito de estudar e interagir com seus filhos. Apenas o ato de utilizar as tecnologias sem a cooperação entre professores(as), alunos(as) e família é apenas reproduzir discurso prontos, sem efetividade.

A pandemia fez a educação se reinventar, quebrar paradigmas. Mas a educação ainda é sempre vista no segundo plano por governadores, conseqüentemente, professores ficam sem apoio para desenvolver suas aulas e projetos. Diante da pandemia, ficou evidente a necessidade da formação continuada dos professores, como também a inclusão de recursos tecnológicos, tão necessários aos profissionais da educação.

As diferentes formas de ensinar e aprender, a construção de um cidadão com consciência crítica, as formações de seres com inteligências múltiplas são iniciadas e criadas nesses ambientes de socialização de conhecimento, como escolas e universidades, centros de pesquisas, entre outros. O conhecimento ultrapassou os muros das escolas, o saber hoje poder ser encontrado em diversos locais. Mas as formas de tratar esses saberes é que nos levam a questionar a sua procedência e a qualidade, e o(a) professor(a) é o(a) mediador(a) indispensável.

O acesso ao conhecimento está cada vez mais fácil, para quem tem as ferramentas necessárias para esse acesso. Entretanto a crítica, ou mesmo o alerta de atenção, segue a respeito da qualidade de conhecimento e informações que estão chegando a nossas telas, salas virtuais e pesquisas, sem o mínimo de filtro necessário. Nesse contexto, o planejamento pedagógico, a criação do currículo e a formação contínua são necessárias para a condução de uma perspectiva de educação mais inclusiva e igualitária nos tempos em que estamos vivendo.

A gama de informações que o período pandêmico criou, portanto, também é uma questão a ser pensada, pois interfere diretamente no ensino de História, modo como devem ser trabalhados e abordados os conteúdos. O(A) professor(a) é o ator fundamental nesse contexto, tendo a possibilidade de despertar o conhecimento a partir das experiências de seus aprendizes ao longo e no período pós-pandemia. Saber “filtrar”, selecionar e questionar de forma a construir conhecimento e buscar respostas sobre a realidade social e cultural em que estão inseridos os aprendizes é sempre o grande desafio.

3 O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA DIANTE DO CONTEXTO PANDÊMICO

O ensino de História nos mostrou perspectivas de adentrar no contexto da pandemia, oferecendo um horizonte aos professores diante dos impactos na educação. Discutir como o ensino de História pode contribuir perante o contexto pandêmico é buscar entender quais são os desafios impostos aos professores, diante da dimensão do vírus da COVID-19.

Em 17 de março de 2020, o governador do estado da Paraíba, através do Decreto Nº 40.128, determinou que haveria recesso escolar estadual de 19/3/2020 a 18/04/2020. Seguindo as recomendações de distanciamento social como forma de diminuição dos contágios da COVID-19. As escolas públicas e privadas da Paraíba também aderiram à antecipação das férias, com a previsão de retorno após 20/03/2020, retornando ainda com aulas remotas. Nesse mesmo período, o governo federal emitiu a Medida Provisória Nº 936, de 2020, onde reduz a jornada de trabalho, reduz os salários, como também a suspensão dos contratos de trabalho. Diante desse quadro, torna-se importante refletir sobre o lugar do ensino de História diante do contexto pandêmico, pensando como a História foi ensinada e o trabalho docente realizado nesse período.

Com todas essas mudanças, os professores se depararam com a realidade de ficar em casa trabalhando, tendo que se desdobrar para planejar suas aulas diante da demanda de aulas remotas e ainda ter que conviver com suas demandas internas de suas casas, como filhos, idosos, em cômodos pequenos, tendo de haver espaços para ministrar suas aulas.

Nesse contexto, os impactos na docência foram significativos, pois o seu local de trabalho, a sala de aula física, foi substituída por aulas remotas, com o detalhe da exposição do docente, devido as suas aulas serem gravadas e a ficarem à disposição para alunos e pais assistirem, quando houvesse tempo. Sendo assim, os docentes de História ainda tiveram que se “policiar” em relação a suas falas durante as aulas, pois poderiam estar “ofendendo” alguns pais ou responsáveis. Por esses motivos, essa transição das salas de aulas físicas para as remotas fez o trabalho do(a) professor(a) ter que se remodelar diante da pandemia.

Tardif (2009) nos apresenta que a instituição escola e suas salas de aula são meios de socialização entre professores(as) e alunos(as), pois

a escolarização repousa basicamente sobre interações cotidianas entre professores e alunos. Sem essas interações a escola não é nada mais que uma imensa concha vazia. Mas essas interações não acontecem de qualquer forma: ao contrário, elas formam raízes e se estruturam no âmbito do processo de trabalho escolar e, principalmente, do trabalho dos professores sobre e com os alunos. (TARDIF, 2009, p. 23).

Essa socialização entre alunos e professores foi substituída por meios tecnológicos durante a pandemia e, assim, permaneceu ameaçada, momento em que grandes empresas do setor da educação aproveitaram para manter, no decorrer do ano de 2020 e anos seguintes, as aulas remotas, principalmente grandes redes de universidades privadas. Defendendo a diminuição das despesas e demitindo funcionários e professores.

Os docentes com as aulas remotas tiveram que se adaptar com as tecnologias educacionais, mesmo aquelas não muito introduzidas em suas práticas antes da pandemia. Entretanto, houve a necessidade de ter um computador melhor, uma internet com uma velocidade maior, que contribuísse para suas aulas remotas, medidas necessárias para manter seu sustento e seus empregos. Oliveira, Silva e Silva (2020) nos mostram que, mesmo antes da pandemia, professores precisavam estar em contínua aprendizagem para manter e aprender as linguagens de seus estudantes:

Os professores foram “jogados vivos no virtual!”, para aprender a fazer em serviço, enfrentando os milhões de alunos – e também professores – excluídos digitalmente. O caminho é longo e há professores que ainda esperam a aula começar entre paredes, porque ainda não conseguiram situa-se na rede, limitados, também, pela questão da conectividade. (OLIVEIRA; SILVA; SILVA., 2020, p. 28).

Nessa reflexão sobre os desafios do(a) professor(a) de História diante das mudanças trazidas durante e após o período pandêmico, precisa-se observar as mudanças para compreendê-las no âmbito de seu trabalho - a arte de ensinar História. Olhando e dialogando com o passado para responder e compreender os questionamentos do presente. Incentivar para que os(as) alunos(as) possam despertar a consciência crítica, para que, através do ensino, possa ter respostas para compreender sua realidade cultural e social.

Para entendermos o trabalho do docente em História no contexto proposto para estudo, fizemos um recorte no sentido de perceber as mudanças no ensino de História durante o período da pandemia. O(a) professor (a) de História teve que planejar suas aulas, partindo do atual contexto político e social, realizando o diálogo com os acontecimentos do presente e do passado. Com o objetivo de despertar o interesse dos alunos, algo não muito fácil, ainda mais diante de aulas remotas.

Cerri (2009) nos propõe a perceber o conceito do ensino de História.

O ensino de história, então, é a síntese móvel entre as demandas políticas e sociais por identidade coletiva e orientação no tempo, as concepções do que seja a teoria e método históricos, e ainda as visões sobre o qual conhecimento do passado é essencial para ser conhecido e assimilado pelas novas gerações. (CERRI, 2009, p. 150).

As tecnologias digitais tiveram um papel fundamental para que as aulas não parassem, sendo, portanto, de grande relevância. Entretanto, precisa-se estar atento para não servir de cortina para os entraves na construção de uma educação inclusiva. O ensino de História nos mostra a constante busca para criar novas práticas e superar o ensino dos grandes acontecimentos, de uma temporalidade linear e excludente. Tarefa fácil? De forma nenhuma! Ainda mais quando a teoria não condiz com as práticas.

Nóvoa e Alvim (2021) mostram que é preciso compreender a “espessura” do presente e agir pela construção de uma “outra escola”, e não pelo seu desaparecimento, nos fazendo perceber a dinâmica que foi o ensino durante a pandemia e como deverá ser o pós-pandemia. É preciso compreender o presente, e atenta-se para os discursos rasos, encobertos por interesses econômicos. Discursos arquitetados de uma substituição das escolas e dos professores por programas de ensinos já prontos.

Os professores são os mediadores entre o conhecimento e seus aprendizes, responsáveis pela conscientização e partilha do ensino. Não poderia ser diferente que, durante o período pandêmico, os(as) professores(as), mais uma vez, foram desafiados a mostrar que são capazes de superar tribulações, dificuldades, no ato de produzir conhecimento. Os professores são os pilares na relação de troca de saberes entre seus alunos, trazendo suas experiências intrínsecas de vida.

Com a pandemia da COVID-19, as grandes indústrias da educação defendem a substituição da instituição escola, pela casa. Entretanto, Nóvoa e Alvim (2021), nos mostram que a escola é insubstituível, que as relações sociais são a essência entre alunos(as) e professores(as). A forma de se educar alterou com a pandemia, entretanto, devemos estar atentos para o discurso de substituição, ou mesmo o fim das escolas e universidades.

O ensino de História tem mostrado que acontecimentos do passado nos fazem refletir o presente e propor indagações para a buscar de melhorias, inclusive no ensino. Que o uso das tecnologias apenas por usar, não fazem diferença no aprendizado, pois o(a) professor(a) há de mediar essa interação, criando perspectivas, para associações entre as tecnologias e o conhecimento histórico.

Entretanto, é preciso analisar com bastante cuidado e saber realizar as perguntas corretas sobre o período pandêmico. Uma análise mais profunda é fundamental, para entendermos em qual contexto estamos vivenciando essa pandemia da COVID-19. Saber realizar as perguntas corretas nada mais é que um dos ofícios dos docentes.

Sobre essa circunstância pandêmica e de crise, Santos (2020) elucida que

Por um lado, a ideia de crise permanente é um oxímoro, já que, no sentido etimológico, a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas. Por outro lado, quando a crise é passageira, ela deve ser explicada pelos fatores que a provocam. Mas quando se torna permanente, a crise transforma-se na causa que explica todo resto. (SANTOS, p.04, 2020)

A pandemia da COVID-19 encontrou problemas sociais já enraizadas nas camadas sociais que estão às margens do sistema econômico, de onde as regras são feitas por quem está economicamente no topo da sociedade capitalista. Um vírus invisível, que nos deu uma maior visibilidade da crise dos sistemas de saúde, da falta de saneamento básico, do desemprego, da falta de investimentos na educação, entre outros. Santos (2020) nos mostra que já vivemos diante de inúmeras pandemias, onde o sistema econômico do Neoliberalismo aumenta ainda mais esse fosso social, com ferramentas bem articuladas que fazem essas crises entrarem no estado de normalidade perante a sociedade, banalizando-as.

A geração que nasceu ou cresceu depois da Segunda Guerra Mundial habituou-se a ter um pensamento excepcional em tempos normais.

Perante a crise pandémica, têm dificuldade em pensar a exceção em tempos excepcionais. O problema que a prática caótica e esquiva dos dias foge à teorização e exige ser entendida em modo de sub-teorização. Ou seja, como se a claridade da pandemia criasse tanta transparência que nos impedisse de ler e muito menos reescrever o que fossemos registrando no ecrã ou no papel. (SANTOS, p.12, 2020)

Não diferente, a pandemia foi e continua sendo difícil para quem está às margens de uma sociedade capitalista e preconceituosa. Camadas de uma sociedade que é excluída, usufruindo apenas do mínimo para sobreviver. Como lavar as mãos, se não tem água para beber ou cozinhar? Como manter o distanciamento, quando se mora na casa de um cômodo? Como se alimentar não tendo comida? Como sobreviver mesmo antes da pandemia, com essas dificuldades?

Diante desse quadro, nos indagamos sobre qual seria o papel do Estado, diante das mazelas da sociedade. Muitas vezes incapazes de suprir as necessidades e responder às emergências, o Estado também é incapaz de trazer respostas diante dos problemas anunciados e que ainda hão de vir a acontecer. Qual o posicionamento da sociedade, quando o problema está ao nosso lado, quando idosos estão isolados distante de seus familiares, sobre o aumento da violência contra a mulher? E o trabalhador informal, ou trabalhador de rua que ficou sem sua renda para sobreviver? Perguntas como essas nos fazem crer que, quando pensamos a pandemia apenas em sua totalidade, excluimos ainda mais.

Nesse contexto o(a) professor(a) de História e de outras disciplinas são atores fundamentais para não perpetuar esse olhar sem compromisso com as questões sociais, políticas e culturais. Incluir uma abordagem partindo das nossas realidades sociais, até mesmo da comunidade na qual a escola está inserida, faz o aluno perceber que vivemos diante de muitas pandemias. Faz questionar porque os poderes públicos não dão o suporte necessário para que professores(as) e alunos(as) possam assistir suas aulas remotas em suas casas.

O contexto em que o professor está inserido no Brasil não é dos melhores, devido às realidades distintas, ainda mais em um país com vasto território, ampliando cada vez mais essas diferenças. A educação tem como papel dar a oportunidade de diminuir essas diferenças e o(a) professor(a) é essa ponte, mediadora com a possibilidade para diminuir essas diferenças, pois

das especificidades desses artefatos, é imprescindível que sejam adotadas novas abordagens e atitudes perante o conhecimento e novos modos de com ele se relacionar. Para isso, os professores precisam se adaptar a esse contexto midiático atual e se apropriar dos artefatos tecnológicos, com vistas a oportunizar aos alunos situações de aprendizagem que os preparem para lidar com uma sociedade complexa e com as demandas da era digital. A questão é: será que esses profissionais estão ou se sentem preparados para essa tarefa? (SOUZA; TAMANINI; SANTOS, 2020, p. 05)

O(A) professor(a) além da demanda pedagógica, onde foi necessário tempo para planejar e preparar suas aulas, hoje também precisa inserir aparatos tecnológicos para suas aulas remotas. Mas a pandemia nos mostrou que nem todos os(as) professores(as) tinham contato com as ferramentas tecnológicas utilizadas nas aulas remotas e foram surpreendidos com uma realidade próxima, mais ainda não

utilizada em suas salas de aula, sendo essenciais formações mínimas, como também fornecer meios para a realização de suas aulas remotas.

Um dos compromissos do ensino de História é adentrar e propor formas de como superar o chamado ensino tradicional. O passado sabemos que não se pode mudar, entretanto, com questionamentos corretos, criam-se novos caminhos a serem trabalhados. O professor de História tem a oportunidade, através do ensino de História, de despertar o senso crítico dos seus alunos, sabendo que não existem respostas prontas para os desafios do cotidiano dos professores.

As propostas do uso das tecnologias já estavam inclusas nos currículos do ensino de História, mesmo antes da pandemia, porém, ainda são usadas por muitos professores de forma discreta. Não há dúvidas, que o período pós-pandemia esses discursos sobre o uso das tecnologias como meio de aprendizagem estarão mais efervescentes nas escolas e nos campos de pesquisa, não apenas em História, mas em todos setores da educação.

Precisamos estar atentos ainda para as propostas inclusas nos currículos do ensino de História sobre o uso e formas de se trabalhar as novas tecnologias como fonte de conhecimento histórico. Diante das propostas vendidas para remediar os problemas da educação a curto prazo, o ideal é discutir o uso das tecnologias como proposta de ensino com o cuidado para não cair na armadilha da “solução” para todos os males da educação.

Almeida e Dalben (2020) em seu artigo, corroboram de forma a nos questionar sobre a implementação do ensino remoto nos seguintes termos:

Entendendo que, mesmo com limites, o trabalho para aumentar o número de acessos deveria continuar e se diversificar, foi estabelecida uma nova problematização pela equipe: o alto índice de acessos garante a aprendizagem dos alunos? A necessidade de reinvenção pedagógica das propostas se abriu como exigência das aprendizagens coletivas dos profissionais envolvidos para viabilizar alternativas mais potentes diante do novo contexto. Uma motivação adicional foi a convicção de que essas aprendizagens são importantes nesse momento, mas serão especialmente significativas para o contexto que se configurará após o isolamento social. (ALMEIDA; DALBEN, p. 07, 2020).

Enquanto a educação for pensada de forma generalizada, com retóricas prontas e fáceis, continuaremos a ver professores passando por demandas emocionais, como falta de apoio, excesso de trabalho, ansiedade e depressão, causando uma reação em cadeia, onde, no final do processo, está o(a) aluno(a).

As vivências do professor como um dos principais condutores do ensino precisa ser escutada, para, através do diálogo, brotar soluções que possam diminuir as diferenças e exclusões. Como uma floresta vista por cima, onde vemos o todo, mas que, em baixo, possui diversos caminhos a serem explorados e percorridos.

Almeida e Dalben (2020) nos mostram um contexto que

Somado aos elementos que permitem compreender o movimento escolar em si e envolto à intensificação da desigualdade acarretada pelas escolhas políticas adotadas em meio à pandemia, emerge da análise o reconhecimento de que os processos democráticos ora iniciados se evidenciaram como peça importante para o enfrentamento inicial da crise pela escola, a qual tem atuado no que se pode chamar de limiar do (im)possível: um processo de (re)organização do trabalho

pedagógico envolto pela vivência contextual de risco à vida e pela reestruturação das relações sociais decorrentes do isolamento social. (ALMEIDA; DALBEN, 2020, p.15)

Há de ter diálogo como fio a tecer, para que surjam questões a serem respondidas. Propostas a serem desenvolvidas para um resultado em comum, que é o aprendizado. Ainda mais com distanciamento social, que fez lacunas já existentes se expandirem, tanto no campo educacional, quanto no campo emocional. Lacunas a serem observadas o quanto antes, principalmente no campo emocional, pois alunos(as) e professores(as) se viram em seus quartos trancados em frente a telas sendo consumidos pela tristeza, ansiedade e depressão.

Essas mazelas entre outras, são heranças de tempo de pandemia que ficarão por muito tempo, e o olhar generalizado é perigoso pois pode, novamente, se sobrepor e ocasionar as exclusões impostas no período pandêmico da COVID-19. O campo de pesquisa e a gama de estudos sobre esse período pandêmico e seus impactos sobre a educação vem nos mostrar caminhos, tendo como uma das características a interdisciplinaridade.

São necessárias e oportunas as mudanças na infraestrutura das escolas e universidades públicas, com locais adequados para essa educação tanto presencial, como digital, ferramentas adequadas para ser utilizadas em favor da construção de saberes. Entretanto, essas ferramentas e estruturas precisam ser utilizadas de forma correta, de modo que sejam realmente úteis a quem forem destinadas. Professores(as) e alunos(as) são os maiores interessados nas mudanças que venham somar e valorizar à educação.

O Estado e gestores públicos municipais e estaduais precisam oferecer condições reais e não paliativos. Destinar recursos de forma eficiente e planejada para a educação, de modo que condições e incentivo são primordiais, sobretudo com as delimitações impostas no setor educacional durante a pandemia da COVID-19.

Nóvoa e Alvim (2021) em seu artigo “Os professores depois da pandemia”, afirmam que:

Em 2020, tudo mudou. Com a pandemia, terminou logo o século escolar, iniciado há 150 anos antes. A escola, tal como a conhecíamos acabou. Começa, agora, uma outra escola. A era digital impôs-se nas nossas vidas, na economia, na cultura e na sociedade e também na educação. Nada foi programado. Tudo veio de supetão. Repentinamente. Brutalmente. (NOVOA; ALVIM, 2021, p. 02).

As propostas e visões das classes detentoras do poder econômico centram-se na ideia de que as escolas como estudamos e trabalhamos, com a chegada da COVID-19, chegou ao fim. Discursos bem elaborados e sedutores com o objetivo de negar a herança das escolas como local de produção de conhecimento. Discursos atraentes propondo soluções pedagógicas através das tecnologias, como surgimento para uma “nova escola”. Não indiferente às mudanças, mas trabalhando com elas com o propósito de absorver da melhor forma possível, o(a) professor(a) deve trabalhar para o desenvolvimento da educação inclusiva e heterogênea e não se esquivar das tensões que as mudanças trazem ao ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou contribuir para aprofundar discussões sobre o ensino de História nas escolas públicas e privadas, perante o contexto de início da pandemia (2019/2020) e o pós-pandemia (2022) onde os maiores impactados foram os alunos(as) e professores(as) que não deixaram a educação parar diante do vírus invisível, mais com problemas visíveis.

Enfrentamos diariamente inúmeras pandemias, que estão sob cortinas de fumaça para não serem percebidas ou mesmo cair na normalidade. Entra o valor do docente de História, realizando o resgate daqueles que, por muitas vezes estão às margens dos documentos, livros didáticos, dos quadros, entre outros documentos. Dar voz a muitos silenciados, ao longo da história, não excluindo os métodos hoje utilizado, mais dialogando entre os saberes. Compreendemos que, frente suas inúmeras demandas, os docentes em História, no contexto da pandemia, tiveram que criar novos modos de educar e formar, utilizando práticas educativas que pudessem incluir os alunos frente o contexto da COVID-19.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana Costa; DALBEN, Adilson. Organizar o trabalho pedagógico em tempos de COVID-19: No limiar do (IM) possível. Análise da prática pedagógica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, p. 01 - 25, 2020

BRASIL. **Medida Provisória Nº 936, de 1º de abril de 2020**. Institui o Programa de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia da Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020**. Institui Diretrizes Nacionais para a implantação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo decreto legislativo nº 6 de 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-2-de-10-de-dezembro-de-2020-293526006>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CERRI, Luiz Fernando. Ensino de História e concepções historiográficas. **Espaço Plural**, v. 10, n. 20, p. 149-154, 2009.

COSTIN, Claudia; *et al.* **A escola na pandemia: 9 visões sobre a crise do ensino durante o coronavírus.** Porto Alegre: Ed. 1, 2020.

FONSECA, Selva Guimarães, COUTO, Regina Célia, Formação de Professores/as e ensino de história: a perspectiva multicultural em debate. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 59-74, jan./jun. 2006.

NÓVOA, António; ALVIM, Yara Cristina. Os professores depois da Pandemia. **Educ. Soc.** v.42, não paginado, 2021. Dossiê - Democracia, escola e mudança digital: desafios da contemporaneidade, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mvX3xShv5C7dsMtLKTS75PB/#:~:text=Os%20professor es%20t%C3%AAm%20um%20papel,na%20escola%20e%20na%20sociedade>. Acesso em: 03 mar. 2022.

OLIVEIRA, Sidmar da Silva; SILVA, Obdália Santana Ferraz; SILVA, Marcos Jose de Oliveira. **Educar na incerteza e na urgência: implicações do ensino.** Aracaju, v.10, n.1, p. 25-40, 2020.

PARAÍBA. **Decreto Nº 40.128, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações aos municípios e ao setor privado estadual. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390843> Acesso em: 26 fev. 2022.

PARAÍBA. **Decreto Nº 40.122, de 13 de março de 2020.** Declara situação de emergência no Estado da Paraíba ante ao contexto de decretação de Emergência em Saúde Pública de interesse Nacional pelo Ministério da Saúde e a declaração da condição de pandemia da infecção humana pelo Coronavírus definida pela Organização Mundial de Saúde. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pb/decreto-n-40122-2020-paraiba-declara-situacao-de-emergencia-no-estado-da-paraiba-ante-ao-contexto-de-decretacao-de-emergencia-em-saude-publica-de-interesse-nacional-pelo-ministerio-da-saude-e-a-declaracao-da-condicao-de-pandemia-de-infeccao-humana-pelo-coronavirus-defi-nida-pela-organizacao-mundial-de-saude> Acesso em: 26 fev. 2022.

RIBEIRO, Renilson Rosa. As representações do ofício: o professor de História no discurso historiográfico brasileiro. **Educação temática digital**, Campinas, v.5, n.1, p. 64-68, dez. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel Pedagogia do vírus.** São Paulo: Edições Almedina, S.A, 2020.

SOUZA, Maria do Socorro; TAMANINI, Paulo Augusto; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Cultura digital: tecnologias, escolas e novas práticas educativas. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.22, p. 1-19, 2020.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interação humanas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.